



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: DALTON SILVANO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26-09-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Boa noite a todos. Desejo uma boa audiência pública. Declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente no ano de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, link: Auditórios OnLine. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo: www.saopaulo.sp.leg.br, link: Audiência Pública/registro escrito. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* da Cidade, desde o dia 17/09/2019, no dia 24/09/2019, no jornal *O Estado de S. Paulo* e no dia 25/09/2019 no jornal *Folha de S. Paulo*.

Foram convidados para participar desta audiência o Sr. Fernando Chucre, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano; Sr. José Armênio de Brito Cruz, Presidente da SP Urbanismo. Também foi convidado o Sr. Roberto Luis de Oliveira Pimentel, 4º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, que nos enviou um ofício informando, tendo em vista, compromissos já assumidos, que não poderá estar presente a esta audiência, inclusive citando para que o convite seja feito para os próximos, com 30 dias de antecedência. De qualquer forma agradeço ao excelentíssimo promotor. Foi convidada também a Sra. Ângela Seixas Pilotto, Arquiteta do Centro de Apoio Operacional à Execução, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Antes de iniciarmos os debates e os esclarecimentos, quero anunciar a presença do Sr. José Armênio, Presidente da SP Urbanismo, que falará sobre o projeto de lei, representando o Poder Executivo, o Governo. Também a Sra. Rita de Cássia Gonçalves, Coordenadora de Projetos Urbanos, aliás, Rita, que desde as primeiras audiências públicas, também o Sr. Armênio, nós estivemos juntos, quando ainda da formulação do projeto de lei por parte do Poder Executivo, que, depois das audiências públicas feitas na forma legal, o projeto foi encaminhado para esta Câmara Municipal no ano de 2015.

Esta audiência, portanto, todos já sabem, era do governo anterior, do ex-Prefeito

Fernando Haddad. Estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para a implantação da operação urbana consorciada bairro do Tamanduateí. Defini projetos de intervenção urbana para área de operação urbana e autoriza a criação de empresa Bairros do Tamanduateí, envolvendo, claro, os bairros que margeiam o Rio Tamanduateí: Mooca, Vila Prudente, Cambuci. Ipiranga, com reflexos no Heliópolis, São João Clímaco. Então, são esses os bairros que estão envolvidos nesse projeto de lei.

Antes de nós iniciarmos a audiência pública para que fique consignado nos Anais desta Casa porquanto que essa é a primeira audiência pública que está sendo feita no atual Governo do Prefeito Bruno Covas, mas para conhecimento, estamos falando da 15ª audiência pública, assessoria é o que tenho registrado aqui. No meu controle será a 11ª audiência pública, salvo melhor juízo.

Para então terem conhecimento, esse projeto foi muito debatido. Eu não gosto desse computador aqui, já utilizei, se puder, pelo menos abaixar, se não fica ruim. Eu preciso olhar para as pessoas. Nós tivemos várias audiências públicas realizadas. A primeira audiência pública em 28/04/2016, realizada na Câmara Municipal de São Paulo; 2ª audiência pública em 10/05/2016, realizada no Clube da Cidade do Cambuci, falando do subsetor do Cambuci, Lavapés e Alberto Lion; 3ª audiência pública em 12/05/2016, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, subsetor da Vila Prudente, falando sobre Anhaia Mello, Ibitirama, Auriverde, Logístico e Heliópolis, Cohab; 4ª audiência pública em 16/05/2016, realizada no Clube Atlético Ipiranga, para falarem o subsetor Ipiranga, Tereza Cristina, Independência, Sacomã, inclui também a Dom Pedro; 5ª audiência pública em 17/05/2016, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, para falarem sobre o tema meio ambiente, drenagem, ilhas de calor, áreas contaminadas; 6ª audiência pública em 21/05/2016, realizada no CEU Heliópolis, tema habitação e HIS, ZEIS, Cota de solidariedade, perímetros de ZEIS, atingidos por melhoramentos viários; 7ª audiência pública em 23/05/2016, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, tema: transporte, trânsito, corredores de centralidade e eixos de qualificação, melhoramentos viários, logradouros, requalificação; 8ª audiência pública em 24/05/2016,

realizada na Câmara Municipal de São Paulo, local: Senai Theobaldo de Nigris, Mooca, tema: setor Mooca, Parque da Mooca, Subsetor Hipódromo, Ana Amélia e Alberto Lion; 9ª audiência pública em 30/05/2016, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, tema: BPSA, Empresa Devolutiva Geral; 10ª audiência pública, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, tema: áreas contaminadas, realizada em atendimento ao pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Portanto, esta é a 11ª audiência no nosso controle e é a primeira audiência do Governo Bruno Covas. Apenas para registro que fique reafirmado nos Anais desse PL, dentro dessas audiências públicas nós tivemos temas que foram ofertados pelas audiências públicas. Total: 207. Com relação às desapropriações: 41; com relação á criação da Empresa BPSA: 36; outros: 26; programa de intervenção: 22; gestão: 20; regramento: 20; meio ambiente: 12; habitação: 11; modelo econômico: 10; mobilidade: 9. No total, inclusive, as sugestões protocoladas nesta Casa de um total de 295 ofertas de sugestões e propostas passando então por conta do posicionamento de uma audiência específica que nós tivemos, proposta sobre a BPSA: 82; desapropriações: 59; regramentos, 31; programa de intervenção, 29; outros, 28; gestão, 21; meio ambiente, 14; habitação, 11; modelo econômico, 11; mobilidade, 10.

O que eu quero dizer com isso aqui é que esse projeto foi bastante debatido, várias propostas. Percebam que a empresa, Sr. Presidente, José Armênio, a empresa BPSA foi muito criticada a sua criação por conta até de criação de cargos, ou então, o posicionamento das pessoas que vieram aqui, não só as pessoas que participam, os moradores, mas também os próprios funcionários públicos envolvidos na questão da criação da BPSA. Só estou fazendo essas colocações para dizer que nós estamos retomando os debates, no dia de hoje. O relator dessa matéria é o Vereador Fabio Riva, que, por ter compromisso inadiável, também está trabalhando nesse momento, além de S.Exa. fazer o relatório, estará recebendo aqui a sugestões e propostas.

Ao final, nós vamos até dar uma delimitada no tempo porque temos de fazer o substitutivo. Para vocês saberem, ao final da gestão do Governo anterior, 2016, foi protocolado

um substitutivo, mas não foi votado. Ele deixou de ser votado por conta até de que ao final do mandato o próprio Governo deixou para o Governo seguinte debater e discutir, tamanha a importância desse projeto de lei.

Só para finalizar a minha fala e nós iniciarmos os debates, eu quero até reafirmar aqui, aos representantes do Poder Executivo que, além das questões das áreas contaminadas, há a questão das desapropriações da Rua Silveira da Mota, que foi um tema bastante debatido. E a nossa luta, então, é para que se amenize, se não se pode conter o desenvolvimento, mas que se amenizem as desapropriações, que se criem mecanismos para que essas pessoas não percam os seus imóveis residenciais. Essa foi a grande luta. Eles vão se manifestar e, neste momento, também cumprimento todos os moradores do Cambuci. E, também, não poderia deixar de cumprimentar aqui este grande Movimento dos Sem Teto do Ipiranga, Heliópolis. (Palmas) E, aqui, através da liderança Maksuel, que também está sempre à frente dessa luta, na busca de verba. Porque não adianta, né, Maksuel, aprovar o terreno, construir, organizar e não haver a liberação da verba. Essa que é a grande questão e a grande luta. E eu tenho participação, naquilo que eu posso, no Movimento de vocês, ma também tenho um trabalho muito grande na zona Leste.

Saúdo, também, os meus amigos da Cidade Tiradentes, onde temos um trabalho muito grande lá.

Estendi-me um pouco e me desculpe, Presidente, embora eu também seja o Presidente, mas é que eu não gosto de ser muito prolixo, nem de postergar muito. Mas como esta é a primeira audiência pública, eu precisei fazer um resgate de tudo o que foi feito, para que não imaginem que vamos sair do zero. Nós não vamos sair do zero. Muitas contribuições já foram dadas, já foram ditas nas audiências públicas e elas fazem parte do contexto, da análise do Poder Executivo e do Relator também.

Então, era isso o que eu gostaria de dizer. E, já partindo para a audiência pública, peço para aqueles que forem fazer uso da palavra, façam a inscrição.

Iniciando a nossa audiência pública, o Poder Executivo vai falar sobre o projeto de

lei, até 20 minutos, podendo falar por mais 20 minutos. Obviamente, sempre esperamos que seja sucinto, e, depois, cada orador terá 3 minutos para falar.

Então, encerrada a minha participação, agradeço e passo a palavra ao Sr. José Armênio, presidente da SP Urbanismo. (Palmas)

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Boa noite a todos. Boa noite, Vereador Dalton Silvano. Na pessoa de V.Exa., cumprimento todos os Vereadores presentes e o público, os cidadãos presentes, o Maxwell, que não havia nem reconhecido. Fazia tempo que não o via.

Vimos aqui, nesse espírito que o Vereador Dalton Silvano mencionou, de recuperar a história da apresentação desse projeto. Vamos fazer, então, uma apresentação salientando os primeiros pontos. A Rita vai entrar mais profundamente nos detalhes, mas o que eu gostaria de dizer é o seguinte: a ideia de estarmos aqui, e a disposição da empresa, por orientação do Secretário Fernando Chucri, é que estamos abertos a receber as sugestões de vocês; vermos o que tem para melhorar o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Sr. José Armênio, estão reclamando que não estão conseguindo ouvi-lo.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Vou falar mais alto.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Então, a disposição é apresentar para vocês o que foi esse PL e, repito, a orientação que o Secretário Fernando Chucre nos deu, foi de colocar a empresa à disposição da Câmara e dos cidadãos, para receber as sugestões. Algumas delas nós até já ouvimos. E estamos dispostos a ver o que é possível rever, o que é possível ajustar para o encaminhamento dessa operação.

Como arquiteto que sou, eu gostaria de mencionar rapidamente essa questão da velocidade da aprovação dos instrumentos urbanos. Nós, na Cidade, já tivemos diversas experiências como: operações urbanas que vieram para aprovar e não aprovaram, voltaram para trás, etc. Eu quero afirmar a importância desses projetos territoriais que buscam focalizar

e direcionar recursos captados pelo mais valor gerado no desenvolvimento urbano para o território. Por que para o território? Para o atendimento das demandas da população, sob o ponto de vista das demandas sociais, demandas de mobilidade, demandas de habitação, demandas de qualificação do território. Quanto mais tempo demorarmos para tomar a decisão da implantação desses projetos – e, aí, é uma questão que não seguramos -, o mercado vai andando, e vai fazendo sem as premissas e os planos de intervenções que os projetos de intervenção urbana preveem.

Então, vamos dizer, a ansiedade dos arquitetos é que os projetos desenvolvidos – e é uma ansiedade minha também como cidadão da Cidade de São Paulo -, possam garantir que os recursos levantados e captados em cada projeto territorial – no caso a Operação Consorciada Bairro do Tamanduateí -, voltem para este local. Voltem para este local em forma de implantação de parques, implantação de habitação social, implantação de infraestrutura e qualificação do território. Esse é o objetivo desse projeto urbano.

Não sei quem está mudando os *slides*, mas o primeiro *slide* dá uma caracterização do território. Para vocês terem uma ideia, esta é uma área de aproximadamente 1600 hectares com uma população atual de 139 mil habitantes. Isso já acusa uma densidade, em 2010, de 84 habitantes por hectare, e a densidade pretendida, em 2040, é de 235. É importante e eu quero criar a sensibilidade de vocês para esse número da densidade: 84 habitantes por hectare ainda é uma densidade baixa. E é importante, vocês que trabalham com o movimento de habitação, saberem o potencial que a Cidade tem. Para vocês terem uma ideia, Paris tem 275 habitantes por hectare. É quase três vezes a população que está aí. Isso, sob o ponto de vista de investimento público e de resguardo da população da Cidade, é muito importante, porque tem muito mais gente que pode morar aqui dentro da Cidade, aproveitando da infraestrutura pública já colocada, e que esses projetos que desenvolvemos na São Paulo Urbanismo, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, é justamente isso que parece número, é aumentar a possibilidade de as pessoas morarem na cidade e não terem de morar ou afastadas ou em condições não dignas de cada cidadão.

Então, esses números indicam que esse território de 1600 hectares tem a possibilidade de receber bastante gente ainda. A população pretendida nossa, nesse estudo, é de 391 mil habitantes, frente os 223 mil levantados no IBGE de 2010.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Esse é um número importante. Não vou entrar, aqui, no detalhe, mas é tão significativo que ele opera sobre a curva demográfica, que é o crescimento da população da Cidade.

Uma preocupação nossa hoje é a de cruzar todos os projetos, para vermos como é que a população pode... E podemos melhorar a nossa vida na Cidade: morar mais perto do emprego, ter área permeável verde, ter mais infraestrutura de mobilidade, ter ruas melhores e espaços melhores para morar aqui. Esse é o objetivo que a gente tem aqui na Cidade.

Os empregos pretendidos que estão colocados aí denunciam também, indicam a possibilidade e a proximidade que este território tem do que nós chamamos de Centro Expandido da Cidade onde estão localizados o maior número de empregos que a cidade tem.

Então, isso que vocês ficam vendo no jornal que o cara demora três horas para vir ao trabalho é porque o emprego está longe da moradia. Se a gente tem condições de ter emprego e moradia juntos, isso é o melhor dos mundos e é o objetivo que este projeto tem.

O próximo slide contextualiza o projeto da Operação Urbana Bairros do Tamandateí diante do PDE de 2014. Eu citei no começo da apresentação das outras operações urbanas. Essa Operação Urbana Bairros do Tamandateí já teve outros nomes; ela já foi a Diagonal Sul, acho que todo mundo aqui era pequeno, infelizmente, eu já era arquiteto e já estudava; depois da Diagonal Sul, foi a Mooca/Vila Carioca; foi Lapa/Brás; ela já passou por diversos...já virou projeto, já veio a Câmara, já voltou. Agora, é Bairros do Tamandateí e a atitude que a nossa gestão está tendo não é de - ainda que possa ter questões para melhorar e a gente está aí ouvindo a Câmara onde pode melhorar e essa é uma atitude do prefeito Bruno Covas – zerar o que está para trás, vamos construir, somar o que está colocado. Tem coisas boas nessa operação urbana, eu costumo chamar que essa operação urbana já é uma

operação urbana de última geração, ela está perto da Água Branca enquanto estágio do desenvolvimento até do conhecimento do que é estruturar uma operação urbana, então, ela tem instrumentos e proposições bastante inovadoras.

O que a Operação Urbana faz? Ela capta o valor que a Cidade tem para vender que é a outorga onerosa - o direito de construir - isso entra e se territorializa, no que eu disse, na melhoria da condição da habitação, da rua, do verde, da permeabilidade, etc.

Esse slide então mostra a posição que é aquele vermelho mais escuro ali, que é a posição do que foi chamado na época do plano diretor de arcos, do Arco Tamandateí, que na verdade localiza e focaliza a atenção nossa, de administradores ou de quem está pensando o futuro da Cidade, nessa área toda vermelha mais cor de rosa, que é a área as planícies fluviais da cidade de São Paulo.

Outro dia eu cruzei porque tinha de apresentar sobre os rios da Cidade e coincide exatamente a macroárea de estruturação Metropolitana definida pelo plano diretor da qual parte dela é o Arco Tamandateí é praticamente a planície fluvial dos rios Tietê, Pinheiros e também Tamandateí. Essa área tem possibilidade de desenvolvimento e já direciona para transformações urbanas que a economia e a mudança da estruturação, da estrutura econômica do País e da Cidade mudaram.

Então, a área da Operação Urbana Bairros do Tamandateí é uma área que teve um papel na indústria de São Paulo muito grande, então, é uma área que tem muitos galpões industriais e, inclusive, alguns com valor de patrimônio histórico. Essa área foi desenvolvida em torno da ferrovia e o desafio de uma intervenção urbana nesse território é justamente contar com essa pré-existência dos galpões industriais, o que resta dessa economia ali dentro desse território.

O PL apresentado que o PL 723, de 2015, descreve basicamente nesses vetores que estão expostos nesses *slides* das Disposições Gerais com o seu conceito e abrangência que eu falei, os Objetivos Gerais vamos falar em seguida, define regras de uso e ocupação do solo pelos diversos setores. Então, a interpretação dos setores onde tem

mais galpão, onde tem menos galpão, onde tem área possível para fazer parque, onde não tem, onde tem necessidade de intervenção de imobilidade e de melhoramento viário ou não, isso vai acontecendo por setor. Define, então, um programa de intervenções sobre esses diversos itens que eu falei, define o potencial construtivo, Cepacs, tem exatamente um projeto econômico que a gente faz, como eu disse, a previsão de captação do mais valor do recurso que o desenvolvimento imobiliário vai gerar aí é possível de ser previsto nos estudos econômicos. É isso uma das coisas que a São Paulo Urbanismo faz, que é quanto vai entrar de dinheiro para saber quando que vai poder aplicar em dinheiro nesse território. Então, o PL fala também sobre isso.

Além da questão da gestão, que já foi colocada, o Vereador mencionou que essa operação urbana tinha a proposta da criação de uma empresa que aí eu vou dizer o seguinte: se entrar no mérito, ou melhor, entrando no mérito da discussão dessa proposta dessa empresa, a intenção não era ruim, a intenção não era de fato ruim, de fato eu concordo e já conversei com o Secretário, a geração de uma nova empresa não é o objetivo, mas eu vou tentar recobrar anteriormente qual foi a intenção de fazer essa empresa. A intenção foi aprimorar a gestão da Operação Urbana e é uma coisa que tem que aprimorar mesmo, tem que melhorar, não necessariamente com empresa.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Eu não quero me manifestar porque já participei de várias audiências públicas até porque de boa intenção o inferno está cheio. Mas de qualquer forma, pode continuar.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Não estou defendendo, até porque não participei talvez não tivesse feito essa proposta. Estou lendo a o PL que foi proposto. Mas estou dizendo como que eu compreendo essa proposta não necessariamente deve estar em uma criação de uma empresa, que era Bairros do Tamanduateí S.A, sociedade anônima, mas ela busca o quê? Uma tentativa de aprimoramento da gestão da operação e é sobre esse ponto de vista que estamos entendendo e aí eu falo como Presidente da São Paulo Urbanismo que é uma necessidade a gente aprimorar cada vez mais, pela sugestão de vocês, a gestão

das Operações Urbanas.

Vou falar rapidamente sobre as estratégias que estão neste slide só para vocês verem de uma maneira geral o que a gente coloca. O plano de intervenções define 25% para habitação, terrenos para HIS e com reurbanização e também com regularização fundiária. Existe nesse recorte territorial uma demanda para infraestrutura de drenagem, o que se configura na geração e na criação de áreas verdes, parques, canais e parques inundáveis para evitar inundações que acontecem ali na região.

Existe a previsão de equipamentos públicos que estão descritos no PL também, além de da questão dos melhoramentos públicos. E aí eu estou vendo a faixa ali da Silveira da Mota, quer dizer, ajustes da desapropriação e não sei quem do Cambuci está aqui, mas essas sugestões são importantes. A gente tem que propor para conectar um lado para o outro, precisa fazer um melhoramento viário de um lado pro outro, talvez não seja este, mas ouvir vocês nos dirige e nos enriquece para fazer com que aquela necessidade de conexão aconteça de uma maneira melhor do que....

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Só um aparte, Presidente, que é o seguinte. Nessas 11 audiências públicas os moradores do Cambuci foram os que tiveram presença mais ativa. Eu até acabei não citando, mas tem uma associação dos moradores do Cambuci, da Silveira da Mota, quero até cumprimentar o Cesar, que é o Presidente, e os demais moradores.

Esse foi o grande problema, inclusive, porque o projeto de lei acabou não avançando - esse e o da empresa, que eram as duas grandes polêmicas. Desculpe interromper, como está nesse tema, queria aproveitar até - já saudei - mas esse é um grande problema desse projeto de lei. A gente quer o desenvolvimento, mas que ele não massacre tanto aqueles moradores.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Ótimo. Pelo que estou vendo, sendo a empresa e a Silveira da Mota os problemas, eu acho que vão ser problemas fáceis de se resolver.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Obviamente que temos de ouvir o resto povo do Ipiranga também.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Se originalmente são esses os problemas, dá para resolver. Depois a turma do Ipiranga fala os outros para a gente também procurar resolver.

Só terminando, tem duas questões que são... Eu mencionei o recurso nos melhoramentos públicos, no transporte, na questão do foco na abertura de ruas, em pontes e conexões que precisam ser feitas, plano cicloviário e o transporte de média capacidade que faz as conexões dentro do território.

Por fim, é importante citar: 4% dos recursos dessa operação serão dedicados a ações de preservação do patrimônio. Tem um patrimônio importante lá. E outras operações até em outras cidades, aqui em São Paulo não houve diretamente uma porcentagem assim colocada, mas essa é uma novidade dessa operação que destina recursos para a preservação do patrimônio, que é importante. Pode mudar o uso, mas a construção está lá, e são construções importantes que contam a história da evolução da nossa cidade.

Eu vou passar agora para a Rita que foi quem participou, há 30 anos, na elaboração do projeto de lei da Operação Urbana, e vai entrar agora na descrição, com detalhes.

Agradeço e pretendo ficar até o final à disposição para ouvir e depois, quando for embora para a São Paulo Urbanismo, para também receber as sugestões de vocês para a gente poder melhorar esse projeto de lei e tocar para frente. Obrigado!

- A oradora passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES - Boa noite a todos. Estamos retomando um projeto que é de 2015, ele foi elaborado entre a aprovação do PDE de 2014 e a Lei de Zoneamento. De toda forma, no processo de elaboração dessa lei, nós trabalhamos bastante próximos das equipes que estavam desenvolvendo a Lei de Zoneamento.

Então do ponto de vista do zoneamento, talvez tenhamos poucos ajustes a fazer,

mas, enfim, esses anos que se passaram, nós vamos poder demonstrar em que aspectos esse projeto envelheceu.

Ele foi construído em cima das estratégias do Plano Diretor, aquelas dez estratégias – aqui vão aparecer nove. A questão da moradia, assim como na região Central, ela é central nesse projeto. Então a proposta de incremento populacional é quase triplicar densidade populacional dessa área é uma proposta de adensamento suportada pela oferta de empregos e havia essa distribuição setorizada.

Vale lembrar que esse projeto teve um EIA/Rima. É uma operação urbana. Foi elaborado o EIA/Rima e foi esse EIA/Rima que estabeleceu os estoques para esses setores. Em relação aos estoques, havia uma reserva de mais de 850 mil metros quadrados, exclusivamente, para produção de HIS. Foram arrolados na época os assentamentos precários contidos nesse perímetro de estudo. Foram pactuados alguns ajustes dos parâmetros e de legislação, particularmente ali na gleba Petrobrás, no sul do Ipiranga, enfim ele tem uma meta ambiciosa de provisão habitacional de interesse social.

Mobilidade Urbana. Apesar de ser servido pela ferrovia, pelo Fura-Fila que liga o Centro de São Paulo ao terminal Sacomã, e também tem uma conexão com a Linha Prata 11 que chega hoje até São Mateus, tanto a Av. do Estado quanto a ferrovia constituem barreiras ao deslocamento das pessoas através desse território.

Então há uma série de propostas. A principal delas em termos de mobilidade e que tem um impacto forte sobre a questão ambiental é o destamponamento do Rio Tamanduateí. Nesse momento ele é recoberto por uma laje, entre o Parque Dom Pedro e a Praça Alberto Lion, e sobre ele repousa o Fura-Fila. Há uma proposta de reposicionamento dessas pistas que se apoiam sobre rio e viários nas duas laterais, tanto no bairro da Mooca como do Cambuci. Uma das funções dessa ligação da Silveira da Mota, ou outra qualquer que venha a substituí-la, é permitir a supressão, ela colabora no projeto de supressão desse tamponamento.

Nada mais atual do que o enfretamento de questões ambientais herdadas de épocas em que isso não era relevante. O cuidado com os rios dessa cidade não era um tema

relevante. Então a partir de agora, ainda que a gente dê apenas um primeiro passo nesse sentido e deixa a outras gerações o aprofundamento desse cuidado, esse projeto contempla essa possibilidade. Além disso, tem uma série de outras ligações que vão favorecer essa transposição tanto desses dois eixos paralelos da ferrovia e dessa via estrutural que é a Avenida do Estado. Depois iremos ver isso com detalhes.

A questão da provisão de equipamento social.

Há de se convir que hoje temos uma densidade muito baixa nessa região, e essa proposta de adensamento populacional, e particularmente para camadas de renda média e média baixa, demanda uma reserva de recursos para a provisão de equipamentos públicos. E eles foram também nesse EIA/Rima assim distribuídos no território.

Orientar adensamento, a vizinhança do transporte público.

Uma das preocupações do projeto foi posicionar os territórios de maior intensidade de aproveitamento dos lotes próximos ou da área Central, pela oferta de empregos que ela possui, ou dos eixos de transporte coletivo. Então o que temos? Em torno da ferrovia, excluída a zona industrial, ao longo do Tamanduateí há o Fura-Fila, e no final na zona da Vila Carioca é a Linha 3 - Verde do metrô. Quer dizer, é um local que consideramos privilegiado que vai desde a Avenida Anhaia Mello, passando pelo esse trecho sul do projeto, e que liga todo mundo à Avenida Paulista, aos empregos da Avenida Paulista.

Reorganizar as dinâmicas.

À época, bastante inspirado pelo PDE aprovado em 2014 há preocupação em preservar as zonas industriais de adensamento residencial. Essa foi uma proposta trazida àquela época de preservação do Polo Logístico ao Sul pelo número de atividades e pela localização excepcional desse segmento Sul. Quer dizer, com acesso direto ao minianel viário, portanto conectado às principais rodovias que atende o Município, um polo criativo considerando as notícias à época de instalação de universidades nos galpões da Borges de Figueiredo, e aquele estoque de imóveis tombados, os galpões fabris que poderiam abrigar *startup*, enfim toda uma sorte de usos bastante adaptada àquele tipo de suporte edificado.

A questão da agenda ambiental, o desenvolvimento da cidade.

Nos estudos dos diagnósticos trazidos nesse projeto... Quer dizer, assim como a área central, sobre ela, há uma grande ilha de calor. As maiores temperaturas da cidade se manifestam nesses territórios de origem fabril pela escassez de áreas verdes e ruas arborizadas. Então havia uma proposta ambiciosa de criação de parques, principalmente na foz do Córrego do Ipiranga, quando ele se encontra com o rio Tamanduateí, e em outros trechos dos meandros do rio Tamanduateí. Isso é uma coisa muito importante para essa região, onde os parques estão associados à retenção da água que vem à montante do rio Tamanduateí.

Na época, nos estudos do EIA/RIMA, foram levantados que praticamente 100 mil m³ em épocas de cheia não são comportados pela calha existente do Tamanduateí. Então todo esse cálculo da área de drenagem foi efetuado para conseguir reter essa água que a calha do rio, nas condições atuais, não pode comportar.

O fato de ser um projeto já de sete anos, porque os estudos do EIA/RIMA, na verdade, começaram em 2012; e que a dinâmica da produção imobiliária suprimiu muitas dessas áreas onde pretendíamos fazer partes. Então nós vamos ter que reencontrar esses espaços em outros pontos do projeto. Mas isso vocês vão ver mais adiante.

Fortalecer a participação popular.

Eu acho que a partir da Operação Água Branca e os estudos do bairro de Tamanduateí no rastro instituíram essas novas formas de composição de conselho gestor em que os membros são eleitos, indicados. Quer dizer, não é uma formação prévia, designada em lei, como por exemplo a Operação Urbana Centro, que foi a primeira que teve um conselho gestor, mas previamente definido em lei. Então a ampliação desse projeto participativo, que acho que desde a Operação Água Branca veio para ficar em todos os projetos que a Prefeitura elabora.

A questão do patrimônio é crucial nessa região. O patrimônio fabril e industrial são extremamente significativos nessa região. Há um número expresso de imóveis de interesse histórico. É importante informar que o Departamento de Patrimônio Histórico conduz um estudo

de tombamento, particularmente, do Parque Fabril da Henry Ford. E havia então a proposta de investir diretamente, de reservar recursos para a questão do patrimônio nesse projeto, e a proposta de aquisição de dois conjuntos importantes: a Tecelagem Labor, que pode ser vista por quem passa pela Alcântara Machado; e Oficinas Vanorden, na Borges de Figueiredo, para ali abrigar algum desses equipamentos públicos que o projeto possa demandar.

Agora vamos falar de como foi feito.

Embora esse projeto tenha saído antes do PIU... Vale lembrar que o decreto do PIU saiu muito inspirado pelo tipo de trabalho que se conduzia. Essa mesma formação de estruturação: a gente tem um diagnóstico, um programa, um projeto de intervenção, um projeto urbanístico suportado por uma análise ambiental, a questão da viabilidade econômica e as estratégias de gestão.

A questão da empresa Bairros do Tamanduateí, que, à época, parecia uma alternativa para a gestão do projeto, e hoje talvez ela já tenha enfraquecido como ideia, como proposta.

O estoque que, pela primeira vez, aparecia. A ideia de ter uma reserva de estoque para ser operada pelos gestores da intervenção no curso dela, à medida que as estratégias de monitoramento da transformação do território pudessem demandar a locação desse estoque adicional em um outro setor.

E havia também uma proposta de encerramento da operação urbana. Quer dizer, em que momento esse projeto que tem o seu início teria o seu fim e entregaria o zoneamento.

Aqui temos os setores, que foi previsto todo um projeto de setorização. Isso aí vai estar disponível no *site*, vocês vão poder ver. E agora eu quero passar rapidamente pelos setores.

Para o Setor Cambuci, havia uma proposta de melhoramentos viários, implantação de parque, uma provisão de 12 novos equipamentos e provisão de mais de três mil habitações de interesse social. E aí começam os impactos. Esses pontos vermelhos são lançamentos imobiliários, que impedem, atualmente, a implantação de alguns dos melhoramentos viários

previstos – tanto na gleba da Eletropaulo como ali na borda do Tamanduateí.

O Setor Mooca também com a sua provisão de equipamentos.

A proposta de aquisição da Tecelagem Labor e das Oficinas Vanorden. Proposta de 38 novos equipamentos. E os pontos de conflito: o empreendimento imobiliário sobre essa área onde originalmente estava previsto um parque, e a transformação dessa área verde, que é o atual Porto de Areia, numa ZOI, onde há uma proposta de utilização pela concessionária desse terreno da União.

Setor Henry Ford tem uma proposta apenas de utilização produtiva. Nessa versão do projeto não há previsão de estoque para uso residencial vertical no Setor Henry Ford, apenas para atividades não residenciais – exceto as ZEIS, é claro. Há uma proposta de estruturas de transposição da ferrovia, proposta de equipamentos para atendimento das ZEIS.

O grande fato do Ipiranga é a conformação desse parque na Foz do Riacho Ipiranga, uma tentativa de qualificar esse local de importância história e de minimizar as inundações nessa região.

Um ponto a ser discutido são as altas envoltórias do monumento da Independência, que tem algum conflito com a proposta de regulação urbanística.

Os parques propostos: o Parque do Capão do Rego, ao sul do perímetro; e o Parque Foz do Ipiranga.

Proposta de mais 15 novos equipamentos. E empreendimentos imobiliários que de alguma forma inviabilizam certas propostas de conexão.

O Parque da Mooca, previsto sem maiores impactos.

Parque Indianópolis proposto. Mais seis novos equipamentos. E lançamentos imobiliários que impedem, nesse caso, a melhoria da ligação do Viaduto Pacheco Chaves com regiões da Vila Prudente. E uma proposta de empreendimento imobiliário anterior à indicação de parque ali no terreno da Esso.

Vila Carioca, com a sua proposta de parque ali na gleba da Esso; além da área de provisão habitacional, ao sul do perímetro. E o parque ali próximo da rua Aída, que dá ligação

na Estação Tamandateí. São esses dois parques. E mais 29 equipamentos para atendimento dessa região. Um empreendimento imobiliário vai nos obrigar a deslocar esse parque para outro local; ele foi um terreno ocupado.

Na Vila Prudente não há registro de impactos. Continua a proposta válida: mais três novos equipamentos.

E era esse o projeto de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Perfeitamente. Esta presidência, obviamente, até por entender da importância desse projeto de lei, pela retomada dos debates e das discussões, prorrogou o prazo, na forma regimental, da parte do Governo.

Temos as pessoas inscritas que começaram a falar agora.

Eu vou gravar e mandar para os nossos colegas, principalmente do Ipiranga, que também vivem esses problemas conosco, que é com relação ao terreno. Quero me dirigir à Rita e ao Sr. José Armênio.

Refiro-me ao terreno da Vila Carioca, na Avenida Carioca, 85/99, hoje ocupado pelo Unidos da Vila Carioca e pela Imperador do Ipiranga – pessoal do Ipiranga, Maxwell –, que é uma luta antiga dessa população para garantia do terreno na forma de equipamento social. Então, só para informação do Sr. José Armênio e Rita de que, nesse substitutivo do qual eu era o relator, nós fizemos constar – porque não foi aprovado; portanto, não está no projeto original – um texto para garantir que esse terreno seja considerado como equipamento social. O terreno é de propriedade do INSS. Tem ali um projeto de 1975 de reintegração de posse; porém ele já constou do Plano Diretor Estratégico, art. 302, Quadro 10. E nós fizemos constar. E queremos reafirmar, já estou sendo o primeiro orador, não estou nem falando como presidente, para constar no texto os equipamentos, reforçar aquilo que está inscrito no Plano Diretor. Então aqui para deixar bem claro, para que a gente possa confirmar aquilo que está no Plano Diretor, para que esse terreno possa ser um equipamento social e de esporte, equipamento de cultura, porque ele já vem sendo ocupado desde 1979. Essa é a intervenção.

E a outra questão para a nossa população do Cambuci: que nós temos que ter

muito cuidado na hora de fazer a redação do texto com relação às desapropriações. Nós não podemos permitir que haja desapropriações de uma forma drástica. E tem que se tomar cuidado na hora de se formular esse texto, para que se amenize, se diminua esse impacto que poderemos ter ali no Cambuci. Eu estou falando das habitações residenciais. Era isso que eu queria falar.

Quero registrar a presença do meu colega querido, grande estudioso e conhecedor da matéria de urbanismo da nossa Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, Vereador José Police Neto, que será o primeiro orador a falar. Uma salva de palmas. (Palmas)

Maksuel José Costa, do MSTI.

O SR. MAKSUEL JOSÉ COSTA – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa; ao grande amigo José Armênio – prazer em revê-lo; é uma grande satisfação. Para quem não sabe, José Armênio Piratininga Arquitetos Associados que, lá atrás, conseguimos fazer o terreno do Projeto Terremoto, com 421 unidades habitacionais, das quais o MSTI entregou 211 unidades habitacionais para os seus militantes. Fizemos juntos o projeto. O projeto ganhou alguns prêmios pela arquitetura. Mas eu vim falar sobre esse projeto tão importante, que ficou tanto tempo parado, principalmente quando visa o Ipiranga, na preocupação do movimento de luta por moradia, que é trazer projetos de HIS para dentro do projeto Bairros do Tamanduateí.

Quando nós participamos da audiência pública, em 2005-06, colocamos a preocupação com o terreno que nós temos lá, de 420 mil m², que é o terreno da Petrobrás, lá no Heliópolis, no Ipiranga. Para aquele terreno, previmos, propomos que tivesse um parque linear dentro do terreno, que é previsto, e ele também fosse construído dentro da parceria, com unidades habitacionais que atendessem as famílias da região que pagassem aluguel.

Hoje a gente tem um conflito. Eu não sei se é um conflito, se vem para ajudar ou se vem para emparedar, para demorar mais o processo, que é a questão da PPP – parceria público-privada – assinado lá no Heliópolis, no Ipiranga, no último dia 18 de maio, pelo Prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas, e pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria, que possibilita à empresa que ganhou, à empresa que foi sorteada, que ganhou a

licitação, a construção de 3.500 unidades habitacionais no terreno da Petrobrás. Mas o que me preocupa é que assinou o contrato, teve governador, teve o prefeito, e a obra não começou. E quando a gente pega a obra, a gente vê, conversando com a construtora, que não começou porque o terreno ainda não foi desapropriado. Então é isso é uma grande preocupação nossa. Vamos trazer esse assunto para a Câmara, para conversar com os Vereadores numa audiência pública, porque queremos ter o atendimento. Como que a municipalidade assina o contrato para início de obra numa área, e o terreno ainda não se encontra desapropriado? Como que eu assino algo que não é meu? Para mim, é uma improbidade administrativa – não tem outra causa. E dentro disso nós não poderíamos não participar desta audiência pública, primeiro, para colocar o nosso apoio como movimento. Nós estamos apoiando a causa. Com certeza, nós vamos acompanhar quantas audiências públicas tiverem. Segundo: para colocar não apenas o terreno da Petrobrás, mas outros terrenos que também nós colocamos na revisão da lei de zoneamento. Tem o terreno do Bingo, tem o terreno de frente do Uca, que é o terreno do Detran. Então tem outros terrenos que a gente tem interesse de colocar dentro do projeto para que sejam construídas unidades habitacionais de interesse social, com a preocupação urbanística, mas também com o olhar para as famílias que pagam aluguel na região. Tá bom?

Muito obrigado. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Com a palavra o Sr. César Catalini, Presidente da Associação dos Moradores do Cambuci – SOS Silveira da Mota.

O SR. CÉSAR CATALINI – Boa noite a todos.

Nós estamos desde 2015 engajados na causa das desapropriações da rua Silveira da Mota, tentando amenizar o máximo possível as desapropriações em relação ao melhoramento viário que possa ter na região; e duas quadras que precisam ser desapropriadas também para que possamos fazer um piscinão – sendo que nessas duas quadras temos mais de 200 famílias que há décadas morando ali. Então nós nos engajamos nessa luta desde 2015, tentando ver o que pode ser feito para poder amenizar um pouco dessas desapropriações.

Estamos dispostos à negociação. E vamos ver o que pode ser feito, mediante acordo entre as partes, para amenizar esse problema nosso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Com a palavra, Pasquale Ruggiero, também da Associação dos Moradores do Cambuci – SOS Silveira da Mota, para falar contra as desapropriações.

O SR. PASQUALE RUGGIERO – Gente, eu escrevi. Vocês me deem licença nesse aspecto.

São Paulo é uma grande metrópole, e aqui a nossa vida é muito corrida. Parece até que 24 horas do dia é pouco. A gente corre, corre, corre, e parece que nunca chega.

São Paulo é uma cidade líder, precisar crescer e continuar recebendo pessoas de todo o mundo. Há muitos problemas, sim, que vão sendo resolvidos paulatinamente, visando melhorar a vida dessa população.

Já há alguns anos caminhamos juntos como amigos. Nós, moradores do Cambuci, os senhores políticos, os técnicos em urbanismo e as demais pessoas ligadas ao assunto.

A nossa associação, naturalmente, num primeiro momento, viu-se sobressaltada, preocupada: “O que será do meu futuro e da minha família?” São pessoas idosas. Algumas famílias até de imigrantes que fincaram suas raízes no bairro do Cambuci e acompanharam o desenvolvimento de São Paulo. Quantos que na rua nos afirmaram que o valor da desapropriação era baixo e que não conseguiríamos comprar sequer um apartamento de um dormitório. Então para onde nós iríamos? Estamos cientes da necessidade de expandir a cidade e melhorar a vida da população. Portanto, somos totalmente favoráveis às operações urbanas. E isso eu conseguiremos com a união de vocês, Poder Público, junto a nós. Moradores do Cambuci.

Alguns pensavam que éramos contra o projeto. Pelo contrário, somos a favor. E neste momento permita-me parabenizar todos que têm contato com a operação urbano e que visam a melhoria do nível de nossa população.

Participamos de todas as audiências desde 2015, daí podemos pedir a vocês:

procuremos alternativas. Sei que os senhores técnicos estão empenhados em amenizar, diminuir a quantidade de desapropriações. Façamos o sistema viário necessário ao nosso bairro de modo que o impacto sobre os moradores seja bem menor.

Sobre alguns pontos que sofrem alagamentos, lembremos a necessidade de haver mais bueiros. Sobre algumas áreas de calor, sabemos que a quantidade de árvores é pequena. Sobre o parque, que no projeto inicial prevê a desapropriação de duas quadras, nas quais há quatro ou cinco prédios de vários andares, solicito aos senhores técnicos que, nas redondezas, é possível criar o parque com um impacto pequeno. Temos certeza que, em nossa caminhada, comparando com o projeto inicial, o impacto será muitíssimo menor, e isso devemos a vocês, que têm espírito de solidariedade e espírito de humanidade.

Repito: somos favoráveis à operação urbana. Queremos ver São Paulo e o nosso bairro mais bonito. Queremos viver melhor junto de nossas famílias neste pedacinho de chão que amamos.

Aprendi na vida que o melhor caminho é o caminho do meio, porque ele tende a atender os dois lados. Todos estamos procurando alternativas, e chegaremos ao tão almejado ponto médio de acordo.

Nos encontros anteriores, vimos o quanto vocês são humanos. Vocês se colocaram no nosso lugar, tudo fizeram para que o impacto fosse o menor possível. Então posso afirmar: obrigado. Se até hoje, chamava-os de amigos, a partir de hoje, vamos chamá-los de irmãos.

Recebam o abraço carinhoso dos moradores do Cambuci, sintam-se abraçados e agradecidos por tudo que fizeram e continuarão fazendo. Também sei que neste caminhar a presença de Deus, Pai Criador, abençoando todos, e iluminando a mente de todos vocês. Muito obrigado, meus irmãos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Com a palavra, a Sra. Elisângela Pereira de Oliveira, da SOS Silveira da Mota, Cambuci, da Associação dos Moradores.

A SRA. ELISÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA – Boa noite a todos.

Eu só estou aqui para reforçar o que os meus companheiros, amigos, vizinhos

falaram.

Primeiramente, eu quero agradecer aos Vereadores que nos receberam em todas as nossas audiências públicas; que foram até o Cambuci, viram o quanto vamos ser afetados com esse alargamento da nossa rua.

Queremos participar do desenvolvimento do bairro, não somos contra o desenvolvimento do bairro, não somos contra essa operação urbana, nós apenas queremos participar, nós queremos permanecer no bairro que nós escolhemos. Então nós queremos participar.

O Sr. Pasquale fez um levantamento, junto com alguns outros moradores, e fizeram algumas propostas que, inclusive, foram protocoladas aqui na Câmara. Peço apenas que vocês analisem com carinho todas essas nossas propostas.

É somente isso. Quero agradecer e reforçar o que eles disseram. Valeu. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Kiko, da União do Movimento de Moradia do Conselho Municipal da Habitação.

O SR. KIKO – Quero dar um boa noite para todos que estão aqui presentes, que não é fácil. Com os horários que colocam para estarmos, até porque muitos trabalham, têm que estar aqui depois do horário. Agradecer aí os dois Vereadores que estão tocando esse processo; agradecer aos companheiros da Secretaria. Agradecer também ao Movimento do Ipiranga, ao MSTI, à companheira da União do Movimento de Moradia, ao Nelsão, da Central dos Movimentos Populares, e aos demais.

Foram várias audiências públicas de que nós participamos, e eu estou um pouco preocupado para ver se não houve mudança de lá para cá; se vai ser mantido o que foi colocaram em várias discussões que fizemos.

A companheira lembrou que estiveram no bairro do Cambuci, estiveram na Vila Prudente, estiveram no Ipiranga. Então vocês rodaram todo o eixo que vai passar por essa operação.

Fica uma pergunta e uma declaração.

Muitos de nós não vamos ver isso acontecer. Somos lutadores, vamos lutar para deixar para os nossos filhos, os nossos netos, e espero que esteja engando que isso aconteça. E quanto às desapropriações, que os companheiros da Associação é contra, nós também, da União, também somos contra, porque sabemos que vai afetar muita gente. E quando é gente que tem posse da propriedade, eles vão para os precatórios; é capaz que eles recebam. E quem está dentro das favelas, que estão beirando as linhas do trem? Não foi falado, na Presidente Wilson tem. Tem a Favela Vila Prudente, onde passa uma linha cortando a favela. E algum tempo atrás, quando se iniciou essa discussão, a gente levantou que tem um terreno da Sabesp através da Favela Vila Prudente que resolveria o problema de todas aquelas famílias que estão lá; que foi para leilão no governo do Serra, e, se não me engano, está ainda na mão do proprietário do Shopping Mooca. Não sei se os companheiros já fizeram, mas nós vamos entrar com uma moção para que se garanta isso daí. Porque se vai ter a operação, que se garanta às pessoas ali do lado, que estão no terreno atrás. Quem passar do Fura-Fila vê o terreno que está todo loteado. Tem asfalto. Está tudo pronto, é só ter um pouco mais de interesse público. Eu sei que não é fácil.

Questão das inundações. Eu moro ali perto da Estação do Tamanduateí; moro próximo do rio, mas pertence à vila Prudente, e o lado de lá já é Vila Carioca, depois do Central Braza. Fizeram um piscinão e não resolveu nada. E por que não resolve? Porque cada engenheiro, arquiteto, parece que recebe um óculos cinza, só enxerga cor cinza, de concreto. E ninguém vê a parte verde. Parece que o verde não existe na cidade. É por isso que dá bastante alagamento. É só concreto. Você pode emenda a um parlamentar para reformar uma praça, vai concreto onde é grama. A onda, agora, que explodiu na região, é campo de grama sintética. É concreto. A água vai par a rua.

Então, onde tinha para a água sair, ela sugar pela terra, agora é concreto. Eu tenho dó das crianças, que não sabem nem o que rodar um pião! Vão rodar pião no concreto? A gente rodava na terra, jogava bolinha de gude na terra. Então, essa brincadeira não existe mais.

Garantir para que as famílias, que estão nesse eixo das favelas, sejam garantidas.

E, na Mooca, na parte da Henry Ford, também tem a ladeira do trilho, e lá, na Presidente Wilson, tem um terreno chamado de Viela da Sabesp, e lá tem uma favela ali também. Então, para ver se eles vão entrar, se eles vão ser atendidos. E quem está debaixo do Viaduto Tamanduateí também. Rola a conversa lá de que o monotrilho parou bem de frente para a favela. E, aí, já é uma outra questão: se vai passar por onde eles passam. Passa por onde é mais fácil desapropriar. Fica mais barato tirar o favelado do que tirar os proprietários.

Então, é isso. agradeço aos Vereadores e contamos com o apoio de vocês para podemos travar essa luta de novo para trazer de volta esse terreno, que era da população da Favela de Vila Prudente, e que agora está na mão do dono do Shopping da Mooca.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Só para esclarecer, Vereador Police Neto, Logo que iniciou a audiência pública, eu fiz um relato das audiências públicas ocorridas – 10 audiências públicas -, mas nós tivemos, também reuniões técnicas, da nossa consultoria técnica – e estão aqui o Nilson, Pedro e Carlos. E foi muito importante essa reunião técnica, porque até elaboramos um substitutivo, que não foi votado. Eu expliquei tudo. E nós tivemos, no total, 295 contribuições, que fazem parte do projeto, estão inseridas no projeto, para a análise do Relator, Vereador Fabio Riva.

Feito o esclarecimento, tem a palavra o Sr. Eduardo Delamano, Projetos Urbanos.

O SR. EDUARDO DELAMANO – Vereadores Dalton Silvano, José Police Neto; José Armênio, Rita, senhoras e senhores, boa noite.

Eu estou aqui representando a Associação Nova Mooca, que é uma associação constituída por proprietários de terrenos e imóveis situados no entorno da Henri Ford, da Presidente Wilson e da Cadiriri.

Na semana passada, nós entregamos, na SP Urbanismo, um conjunto de propostas baseado em estudos urbanísticos, socioeconômicos e ambientais que procura, de fato, transformar aquele território, chamado de Setor Henri Ford da Operação Urbana Bairros da

Tamanduateí.

A expectativa desses proprietários é de que aquele terreno, aquele território, pela inserção metropolitana que ele tem, ele precisa, de fato, ser mudado. E os parâmetros originais propostos pelo PL, não conseguem transformar aquele território, de fato, em um centro metropolitano.

A proposta é interessante, na medida em que procura resolver diversos aspectos. Se a proposta original prevê, para esse setor, a produção de 3700 HIS, o projeto apresentado traz a possibilidade de se fazer 5500 HIS, atendendo, inclusive, todas aquelas comunidades que estão dentro daquele setor, o que é muito importante.

É importante que aquele território tenha usos diversificados e faixas de renda diversificadas, para transformar aquilo, de fato, em cidade, e não mais em um território que perdeu absolutamente o seu perfil industrial, perdeu empregos e hoje é quase praticamente um território fantasma.

Então, eu gostaria que vocês, Vereadores, procurassem conhecer também o projeto da Associação. Cremos, sinceramente, que as propostas agregam valor ao projeto de lei apresentado pelo Executivo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Obviamente que nós todos, da Comissão, estamos à disposição do recebimento de ofertas da sociedade. Mas é sempre importante encaminhar, principalmente, para o Relator as novas propostas, algumas alterações. O Relator é o Vereador Fabio Riva. Eu até já anunciei que, por conta de S.Exa. estar em outro compromisso neste momento, também relacionado à questão da habitação, não pode estar presente nesta audiência pública.

É sempre importante lembrar que o Relator é o Vereador Fabio Riva, embora qualquer Vereador da Comissão possa recepcionar as sugestões e propostas.

Tem a palavra o Sr. Nicolau Sarchis, munícipe.

O SR. NICOLAU SARCHIS – Boa noite a todos.

Eu também estou preocupado com o subsetor Henri Ford. Entre o Ipiranga e a Mooca, tem toda aquela área do setor Henri Ford - Avenida Henri Ford, Rua Cadiriri -, que é uma região que não tem nada. Aquilo foi desenvolvido nos anos 30, quando a indústria veio para São Paulo. Essa indústria, desde os anos 80, está saindo de São Paulo. Quer dizer, os empregos, naquela região, estão diminuindo desde os anos 80. E essas indústrias estão indo para o Interior. E aqueles galpões, que eram industriais, que tinham uma quantidade grande de emprego, hoje são depósitos. E depósito ocupa muito pouca gente.

E essa região está se deteriorando, não está acontecendo nada com ela desde os anos 80/90. Acreditamos que se ali não tiver comércio, serviço, moradia - moradia de alto padrão, moradia de médio padrão, moradia econômica -, tudo junto, tudo misturado em um mesmo lugar, aquilo não vai desenvolver.

Ali tem uma situação de transporte público ótima; tem uma linha de trem passando em toda a região. Essa ilha não tem nenhum a travessia. Você não consegue atravessar do Ipiranga para a Mooca, só por dois viadutos que estão a dois quilômetros de distância um do outro. Quer dizer, ou você faz uma volta por aqui ou faz uma volta pela Pacheco Chaves.

E essa região me preocupa: mantendo toda a forma, mantendo tudo o que tem de patrimônio histórico. E fora isso: é uma região que não tem uma área verde. Ali, nessa região, moram 3700 pessoas e não tem nenhum centímetro de parque. Vai ter o Parque da Higienópolis, que vai acontecer ali, mas é muito pouco para aquela região. Gostaríamos que tivessem mais áreas verdes, mais avenidas e ruas transversais.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Alexandre Alencar, munícipe.

O SR. ALEXANDRE ALENCAR – Boa noite a todas e a todos.

Eu venho como munícipe. Não sou morador da região, mas conheço bastante ambos os lados do Tamanduateí.

Venho falar sobre a minha preocupação em relação à acessibilidade democrática a

essa região, já que vamos passar – espero que muito rapidamente – por um plano de intervenção urbana dessa magnitude, e não é sempre que temos isso. Acho que não podemos deixar de pensar nas calçadas – nas calçadas permeáveis, nas calçadas cheias de árvores. Isso é fundamental.

Terrenos disponíveis, na região, para os parques, são poucos.

Então, como é que a gente pode resolver isso? A gente precisa diminuir a temperatura na rua. A gente sabe que nos bairros onde há arborização as temperaturas são muito mais agradáveis, passear nas ruas é outra coisa, pode virar até um passeio da tarde; ao contrário de ruas que não têm árvore nenhuma.

Minha primeira preocupação é que a gente se atente a isso. Existem muitos materiais permeáveis, pisos disponíveis hoje no mercado, de diferentes qualidades e preços. Já passou da hora de a Prefeitura focar nisso. Vai consertar uma calçada? Esquece o cimento, gente, por favor! Esqueçam! Cimento não serve para isso, é para outras coisas. A gente precisa de pisos permeáveis, pisos por onde caminhemos tranquilamente, que um tetraplégico pode usar para se deslocar com sua cadeira de rodas, que um idoso, uma grávida, uma criança, um jovem, um adulto vai poder usar tranquilamente. Então, o piso bom é o permeável, por onde passa água e, embaixo, terra.

Precisamos alargar as calçadas, não dá mais. Temos que tirar espaço do automóvel particular e abrir espaço para o pedestre. Gente, se pudéssemos caminhar pela Cidade, tenho certeza que a população faria muitos trajetos longos a pé, que seriam agradabilíssimos. Quem aqui nunca participou de uma manifestação na Avenida Paulista e desceu até o Largo da Batata tranquilamente, sem se cansar? Ou até o centro da Cidade? Quando o caminho está livre e nós caminhamos, fazemos isso tranquilamente. Então, é importante que as calçadas sejam largas; que exista espaço para as árvores e que os pisos sejam permeáveis. Gente, dá para elaborar isso tranquilamente! A Prefeitura tem uma referência desde o governo Kassab de como devem ser as calçadas da cidade de São Paulo, mas isso não foi implementado. Desde o governo Jânio Quadros, as calçadas de São Paulo

passaram a ser, em vez de calçadas para pedestres, acesso ou rampa para automóveis. Por quê? A rampa que antes estava dentro dos imóveis passou para as calçadas, e aí passamos a ter aqueles degraus criminosos em triângulo quando há uma rua em declive ou em aclive, o que é um absurdo. Muitas vezes, já encontrei – e sou uma pessoa que sai fotografando as calçadas pela Cidade – canteiro para árvore, para planta ocupando a calçada inteira. O cidadão está caminhando e tem que se desviar para a rua porque tem um canteiro ali. Isso precisa ser visto. Não quero me estender mais. É basicamente isso.

Outro assunto, que não sei se tem espaço aqui e no projeto – tenho certeza que não foi visto -, é a questão da fiação elétrica, de TVs pagas e de internet nas calçadas, o que faz com que a Prefeitura corte as árvores, faça podas nessa época do ano verdadeiramente assassinas para as árvores. Precisamos de um plano estatal - que não seja de governo, Vereador – de curto, médio e longo prazo para a Cidade. No caso, estou falando só do plano, para que a gente construa galerias no asfalto para colocar essa fiação. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Perfeito. Observem que esta presidência está sendo tolerante, dando até a possibilidade de um tempo maior. Quando há muitos oradores, aí não é possível.

Tem a palavra o meu querido amigo Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Primeiramente, peço desculpas pelo atraso. Eu estava na Arena da ANTP discutindo as questões de transporte, e hoje o dia lá foi para discutir mobilidade ativa, algo que dialogo muito com o plano apresentado pela SP Urbanismo.

Cumprimento a Rita e o Zé Armênio. Parabéns pelo trabalho que vocês têm realizado. Acho que precisamos sair daqui com um compromisso de prazo. É importante a gente oferecer para vocês um roteiro mínimo do desejo – que pelo menos o nosso Presidente e eu temos – de aprovar a Operação Urbana dos Bairros do Tamanduateí até o final do ano. Então, deixo claro que é desejo nosso trabalhar com isso. Portanto, teremos que nos ver mais vezes até essa última votação.

Cumprimento os moradores do Cambuci, que aqui falaram. Cumprimento os meus

amigos e moradores do Heliópolis, em especial do MSTI. É fundamental a presença de vocês aqui. Vocês são o elemento fundamental dessa transformação que é preconizada no projeto. Sempre temos que olhar para esse projeto como uma proposta que sai de uma população residente que não bate 150 mil pessoas e vai para 400 mil pessoas. Então, a gente vai promover um adensamento, e, se se pretende promover um adensamento, temos que ter a responsabilidade de garantir previamente a qualidade ambiental do território. Portanto, se vamos levar mais gente, sem dúvida nenhuma temos que trabalhar esse território para esse novo volume de pessoas. Porque não é só a qualificação dos espaços urbanos para aqueles que já residem: o projeto aponta novas famílias indo morar lá. Sem dúvida nenhuma, temos que ter elementos claros na lei para que aqueles que até hoje ainda vivem muito mal nesses territórios sejam os primeiros a ser contemplados com os recursos que qualificam o território e dão oportunidade de moradia. Porque aprendemos, ao longo dos 30 anos de operações urbanas, que normalmente o território fica lindo, maravilhoso, e o povo é expulso. Essa lógica vem sendo gradativamente invertida por uma questão objetiva de justiça. Então, não faz nenhum sentido, se vamos fazer um investimento no território, que aqueles que fizeram o território estar vivo até hoje sejam expulsos das suas regiões porque não foi trabalhado um elemento fundamental: as áreas que acolherão essas famílias.

O projeto aqui apresentado tem um conjunto de áreas reservadas para habitações de interesse social, tem uma reserva de 25% dos recursos para isso; mas ainda não tem o tempo de realização. Para quem assistiu ao debate da Operação Urbana Água Espreada, nesta Casa, elevamos o grau de investimento e invertemos a lógica temporal do investimento. Se historicamente fazemos tudo para deixar no fim a habitação – e o maior exemplo disso talvez seja a Operação Urbana Faria Lima, em que a Favela Coliseu ainda nem entrai em canteiro, e era uma das favelas originárias daquela operação -, da mesma forma podemos tratar a Água Branca, que foi construir judicialmente uma forma de reservar recursos para atender aquela população de menor renda. Acho que temos que trazer ensinamentos desses processos. Não precisamos mais errar para a Justiça reparar um erro da lei. Acho que

podemos, de maneira muito objetiva, trazer esses ensinamentos.

Atentei – e tenho falado muito isto – para um artigo que a Operação Urbana nos traz, o 72, que irá disciplinar o que em 180 dias a Secretaria de Habitação, via Habisp, vai oferecer. A gente não inicia nenhuma obra pública que pretende atender uma população sem saber qual é a população que vai ser atendida. Não faz nem sentido você começar uma obra pública para atendimento de famílias que você não saiba quais são as famílias que vão morar lá. Recentemente, na Sabesp 2, tivemos uma ocupação dos prédios porque havia a dúvida sobre quem iria ocupar. Aí, parte daqueles que não sentiam que seriam atendidos ocupou os apartamentos. O que está claro para nós é que todas as vezes em que a iniciamos um processo vigoroso como esse, não saber quais as famílias que há mais tempos estão no território, construíram vínculos, têm emprego no território e têm filhos estudando no território, não há como já deixar explicitada qual é a regra de atendimento da demanda na própria lei, até para não gerar dúvida em absolutamente ninguém.

Falo isso porque continuamos a cometer esses erros. Parceria Público Privada feita em 13 áreas, das quais seis tiveram propostas e assinaram contrato no terreno da Petrobras. Até hoje, não sabemos objetivamente – logicamente que todos os esforços têm sido feitos; e o MSTI tem sido um daqueles que têm debatido muito com a Secretaria da Habitação – quais as famílias que, de fato, serão atendidas pela política habitacional pela qual essa própria população vem lutando. Ela escolhe a área, milita para preservá-la, não permite que algumas áreas da Cidade se traduzam em novas favelas, porque não marca a terra e divide e, sim, zela pela terra para a produção de habitação adequada, mas, no final, não tem nenhuma garantia se, de fato, vai ter uma, vão ter duas, três, dez das famílias atendidas.

Acho que chegamos a um momento em que o modelo das Operações Urbanas avançou muito e responsabilmente na forma com que interpreta o território, e essa Operação Urbana soube fazer isso com muita competência; por isso há investimentos sólidos na questão ambiental e por isso há um conjunto de parques significativos espalhados pelo território. Acompanha, com a mesma responsabilidade, a questão de drenagem; e temos que lembrar

que a última chuva forte que ocorreu em São Paulo tirou dez vidas neste território. Foram dez vidas, não uma! Dez pessoas foram assassinadas pela nossa incompetência, porque se algo que importa na Cidade, que é ter água, quando vem em abundância, em vez de comemorarmos, saímos correndo porque tem gente que pode morrer por causa disso.

Portanto, esse território tem que ter investimentos certos, seguros e bem elaborados para a política de drenagem. A drenagem e o verde equilibrarão o território, e não é justo expulsarmos a população de menor renda só porque o território foi equilibrado para algum outro modelo de ocupação.

Acho que acerta o nosso Presidente ao trazer de volta o debate; uma pena que tenha sido quatro anos depois, um tempo longo desde o encaminhamento do projeto a esta Casa. Há uma competência feita pelo Presidente Dalton Silvano, que conduziu as diversas audiências públicas. Lembro-me de ele me ligando para eu ir ao seu clube...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Como não? Você me levou ao Atlético Ipiranga e disse que o clube era seu; meu não era, ainda não era.

Falo isso porque nós estivemos, de verdade, em diversas porções do território e pudemos conferir muito do que foi falado naquele microfone. Ninguém se anunciou contrariamente; as pessoas queriam saber o que podiam fazer para melhorar. Ninguém falou que não queria que melhorasse. Lógico que não, porque todos querem que seu bairro melhore. A questão é não querer ser surpreendido e, por isso, querer participar do processo e oferecer ideias, já que a pessoa nasceu e cresceu no lugar e, muitas vezes, tem melhores condições do que a dos próprios Vereadores para dizer o caminho. Para tanto, precisamos ter bons ouvidos e, a partir daí, estabelecer a boa lei.

Sinceramente, acredito que o Vereador Dalton reúne todas as condições para nos conduzir o processo, já que o conduziu até aqui. Acredito também que o Vereador Riva tenha condições de ser um excelente relator, porque conhece o movimento popular de moradia; aliás, advoga muito tempo para o movimento e milita nele e, portanto, vai poder nos ajudar.

No entanto, insisto em alguns ajustes, que não são grandes para o projeto que nos foi apresentado. São pequenos ajustes para podermos levar o projeto para uma votação muito parecida com a de ontem, buscando a unanimidade da Casa. Esse projeto não foi apresentado pelo Prefeito Bruno nem pelo Prefeito Doria, mas pelo Prefeito Haddad. Portanto, se tivermos prudência no modelo do diálogo do Partido dos Trabalhadores, poderemos ter o voto dos Vereadores do Partido dos Trabalhadores que encaminharam a proposta. Da mesma forma, o Prefeito Bruno vai tentar construir os votos da sua base.

Esse é um desses projetos que deve ter, da mesma forma como tivemos ontem, mais de 50 votos. Não há oposição, o que há são visões distintas de como alcançar uma Cidade melhor; alguns acham que é por aqui e outros, por ali. Acho que chegou o momento de as Operações Urbanas, de fato, estabelecerem alguma regra temporal e, nessa regra temporal, os recursos obtidos no começo da Operação Urbana têm que responder àqueles que ainda mais sofrem nesse território. Assim poderemos equilibrar a Cidade do ponto de vista social. Assim poderemos fazer algo que é fundamental para dormirmos em paz: a lei que construímos para a Cidade, de fato, é em prol da busca de justiça no nosso território.

Então, acredito muito nesse processo, que distribuiu quase 20% para os parques e 5% para as calçadas. Esse projeto reserva 5% para enterramento de fios e ampliação de calçadas, e é a primeira vez que isso está explicitado. Podemos até discutir que é pouco, mas vejamos como é importante, desta vez, estar explicitada a calçada. Isso é importante porque as calçadas passaram a fazer parte do sistema de circulação da Cidade, e vai chegar um momento em que vamos começar a trabalhar a calçada da mesma forma com que trabalhamos a rua. Tenho certeza de que, se a rua tivesse o mesmo tratamento que tem a calçada, em que o proprietário cuida da sua testada, ninguém ia estar contente com seu carro.

Hoje não estamos contentes com as nossas calçadas, que são cuidadas pelos próprios proprietários, e chegou a hora de dizermos que isso faz parte da circulação pública e, portanto, o setor público também tem que ter sua responsabilidade nisso.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que acredito, de verdade, que possamos, nos

próximos dois meses, outubro e novembro, preparar o texto resistente à aprovação. Já há um texto muito bem elaborado por V.Exa., que já dá indicativos objetivos dos muitos dos ajustes que escutamos por aqui, mas podíamos fazer uma rodada técnica de novo, trazendo os moradores para esse novo afinamento, porque, assim, os outros Vereadores que não estiveram na legislatura passada, quando V.Exa. conduziu, vão começando a ter a noção do que fizemos lá atrás e do que estamos fazendo agora.

Mas insisto: essa Operação Urbana tem que sair desta Casa até o final deste ano, da mesma forma como temos que discutir a Água Branca e também como verificar como ela vai sair daqui e da mesma forma como recepcionamos o PIU da Leopoldina e, pela sua inovação, também temos que saber como tirá-lo daqui. Importa a Cidade se orientar, ainda com o Plano Diretor que está com as leis que ele determinou. Caso contrário, chegaremos a 2030 e muitas das leis que nasceram no Plano Diretor sequer serão editadas.

Confio na condução que o Sr. Presidente vai nos dar, mas tenho certeza de que a contribuição da população é muito mais importante do que o nosso trabalho. Por isso, quanto mais abirmos espaços como este, mais acertaremos. E eu sei que V.Exa. concorda comigo, assim como o Zé Armênio e a Rita, e, assim, poderemos sair desse processo com os mesmos 50, 52, 55 votos que tivemos ontem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Perfeitamente, Vereador Police Neto. Parabéns.

Não há mais oradores inscritos. Antes de passar a palavra ao Sr. José Armênio para suas considerações finais, informo que há um requerimento para encaminhamento de documentação ao Sr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça da Habitação e Urbanismo da Capital.

Tem a palavra o Sr. José Armênio para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Bom, pessoal, eu queria agradecer a contribuição a todos. Eu as anotei e não vou gastar tempo para relatar cada uma das

manifestações. Quero disponibilizar a empresa na qual sou diretor presidente hoje para, justamente, tecnicamente poder receber essa contribuição de vocês, fazer as verificações e testes que pudermos fazer.

No início da audiência, Vereador Police, eu havia comentado que, nesse tempo que demoramos para aprovar o projeto, a Cidade vai acontecendo e, às vezes, vai acontecendo no modelo de 20 anos atrás e a gente vai colher o problema daqui a dez, sendo que a gente poderia não ter errado. E por que erramos?

Então eu concordo com você na pressa de aprovação, porque senão fica velho e daqui a pouco a gente vai ter de rever a revisão. Por isso concordo, acho que esse esforço...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – É, comentei. É Mooca, Diagonal e etc. Gostaria de agradecer as falas do pessoal do Cambuci, inclusive o texto lido pelo Sr. Pasquale. Gostaria de ter tido a capacidade de escrever um texto bonito daqueles. (Palmas) E falando sobre a Rua Silveira da Mota e certamente faremos um esforço técnico para diminuir o impacto. Entendam. Acho que vocês falaram muito bem, a nossa intenção não é gerar impactos, não. Às vezes a gente pode errar na mão, mas precisa vir para ouvir vocês para consertar a mão e o projeto, porque está todo mundo vendo que esse é um projeto importante para a Cidade.

Foi falado das calçadas, eu não quero deixar de comentar que essa é uma prioridade nossa. Depois, se tivermos oportunidade, a gente pode mostrar. Nós fizemos na SP Urbanismo um estudo para todas as calçadas, não projeto, mas um estudo de prioridade das calçadas, porque é fundamental e essa é uma posição do Prefeito e do Secretário, a partir da destinação de 200 milhões de reais por ano para investimento em calçadas – eu nunca vi isso. Sou arquiteto há 40 anos na Cidade e só vi as calçadas irem piorando, piorando, piorando, piorando.

A disposição é investir esse recurso para melhorar as calçadas da Cidade. E como o Vereador Police Neto mencionou, nos recursos da Operação Urbana estão reservados aproximadamente o que o Prefeito está reservando agora para a cidade de São Paulo inteira

durante um ano.

A calçada é uma prioridade e eu nunca vi calçada tendo reserva de recurso já de início. Por isso a sua preocupação com relação à permeabilidade é importante, mas, desculpe, como técnico tenho de falar, a gente pode até aprofundar a discussão, mas acho que lá a permeabilidade – como você disse – está correta, só que ela não acontece em todos os lugares. Há lugar em que não adianta nada se colocar um material permeável porque lá embaixo já está totalmente impermeável, como o que acontece em alguns lugares da Cidade que como arquiteto já me deparei e tive de trabalhar; como a Paulista ou calçadões. Se você cavar 80 centímetros, está impermeável lá embaixo, então não adianta colocar elemento permeável. Mas estou falando isso para concordar com a sua fala.

O Maksuel falou sobre a PPP, assim como outros manifestantes, ela é um regime de financiamento sobre o qual a sociedade está aprendendo, porque é uma forma de financiar com o privado a habitação e ela tem a possibilidade da modelagem durante o processo de sua consolidação. Ela não precisa sair pronta, ela é diferente de uma Licitação 8.666, em que tem de ter o projeto executivo, tem de estar tudo pronto e daí faz, licita e não pode mudar nada. Não. A PPP é uma parceria, Parceria Público Privada, então ela vai se modelando.

Eu anotei as suas preocupações durante a sua fala, já mandei as perguntas que você fez ao responsável da PPP e me comprometo a responder logo que tiver as informações. Nós já havíamos trabalhado conjuntamente esse terreno anteriormente, há dez, sei lá há quanto tempo, por isso sua preocupação de firmar e garantir o terreno para o atendimento dessas famílias é importantíssimo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Nota seis. Seis, é.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - É.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Para ver o cálculo do potencial da área mesmo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ - Você está coberto de razão, tem de ver a coisa andar para frente.

Não estou querendo desculpar, só estou dizendo o seguinte: a forma de andar da PPP é um pouco diferente de quando é uma licitação direta. Vou procurar me informar, não é do nosso departamento lá.

Eu tinha um contato, porque era um amigo pessoal que trabalhava na Cohab, na época da PPP, acompanhei um pouco até quando eles soltaram, usando aqueles estudos que a gente tinha feito lá atrás pelo potencial de unidades ali. Mas me comprometo ir atrás pra pegar mais informações passar e para vocês.

Vou encerrar, Dalton. Eu queria só comentar o que o Kiko mencionou. As mudanças vão acontecer, a Câmara vai nos mandar, nós vamos avaliar tecnicamente e é objetivo nosso procurar alinhar com o que vocês estão colocando para a Câmara e o que a Câmara vai nos apresentar, para viabilizar essas mudanças. Sim, vão acontecer.

Só falta completar o que o Eduardo e o Nicolau comentaram. O estudo de vocês já está na Superintendência de Estruturação de Projetos, para a gente verificar a possibilidade de contemplar as propostas de vocês para o setor Henry Ford. O pessoal está em estudos técnicos. Eu não estou diretamente trabalhando, gostaria até, mas não posso. Quem está com isso é o Marcelo e a turma lá da Superintendência de Estruturação, já estão com isso na prancheta para estudar as propostas de vocês.

Desculpe se eu pulei alguém. A Rita depois vai me dar bronca se esqueci de alguém, mas espero ter contemplado.

Agradeço. Acho que o espírito que vocês e os Vereadores colocaram no sentido de nós confluirmos para aprovação desse projeto, porque ele é positivo para a Cidade. Como foi falado, ele é da gestão anterior e aí eu queria afirmar, que o gesto e a atitude republicana dos nossos governantes, embora seja do governo anterior o seguinte continua fazendo, isso não é problema, a gente vai acertando fazendo ajustes. É assim que a gente tem de governar a Cidade e o País, ou seja, ouvindo a população para ir melhorando.

Muito obrigado para vocês todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Perfeitamente.

Antes de encerrar quero deferir e pedir para a nossa assessoria técnica, juntamente com a consultoria, que encaminhe a resposta ao Sr. Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital que ele pede documentos do resultado dessa audiência pública, porque ele está acompanhando.

Nós vamos encaminhar as Notas Taquigráficas, juntamente com esse estudo que a consultoria fez com relação às áreas contaminadas, principalmente aquilo que está previsto no Quadro 8, que versa sobre as áreas contaminadas.

Vamos encaminhar também o Quadro 1D, onde estão os parques propostos, inclusive, o equipamento urbano e social de esporte e cultura, da Avenida Carioca, 85/90; também o detalhamento com relação ao PL 723/2015 e a relação das audiências públicas já realizadas.

Por favor, preparem a resposta ao Ministério Público, juntando esses documentos que eu versei.

Quero agradecer a presença de todos pela participação em mais esta audiência pública. A cada audiência vamos aprimorando e recebendo as informações para ajustar o texto da lei, para que possamos chegar...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Eu estou encerrando.

Todo mundo já falou não menos do que três minutos, falaram quatro, cinco, seis e

sete. Nós temos de respeitar as pessoas que têm de retornar às suas residências.

Acho que está bem esclarecido. Está tudo bem esclarecido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – O *site*, por favor, para encaminhar. Perfeito, aí sim, encaminhamento. Sem problema. Assessoria, por favor, o *site* para encaminhamento das propostas como de praxe.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Vou também anexar a apresentação, por favor.

Assessoria técnica, vamos juntar também. É importante que o Ministério Público acompanhe. O Vereador Police Neto sabe muito bem disso para que depois não venha alegar desconhecimento daquilo que foi tratado aqui com toda transparência para a sociedade, principalmente para as pessoas envolvidas.

Perfeitamente? São 21h01min, não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada a presente audiência pública.

Agradeço a presença de todos e desejo uma boa noite. (Palmas)

Já vai anunciar o *site* aqui, por favor.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – O endereço para o envio é o seguinte:
www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacaoterritorial/operacoesurbanas/oucibt/processoparticipativo.

ASSESSORIA – Ou os *e-mails* podem ser enviados para o endereço da Comissão de Política Urbana: urb@saopaulo.sp.leg.br.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Ou direto para o relator, o Vereador Fabio Riva.